

ARTIGO

O Brasil no comércio mundial: a estabilidade dos resultados, por Lia Valls Pereira

ARTIGO

As possibilidades do salário no capitalismo, por Marcio Pochmann

ARTIGO

Informalidade e Desemprego: rumo ao reconhecimento da cidadania, por Maria Cristina Cacciamali

ARTIGO

Os Megaprojetos para o Brasil Grande e os Economistas, por Eriksom Teixeira Lima

ARTIGO

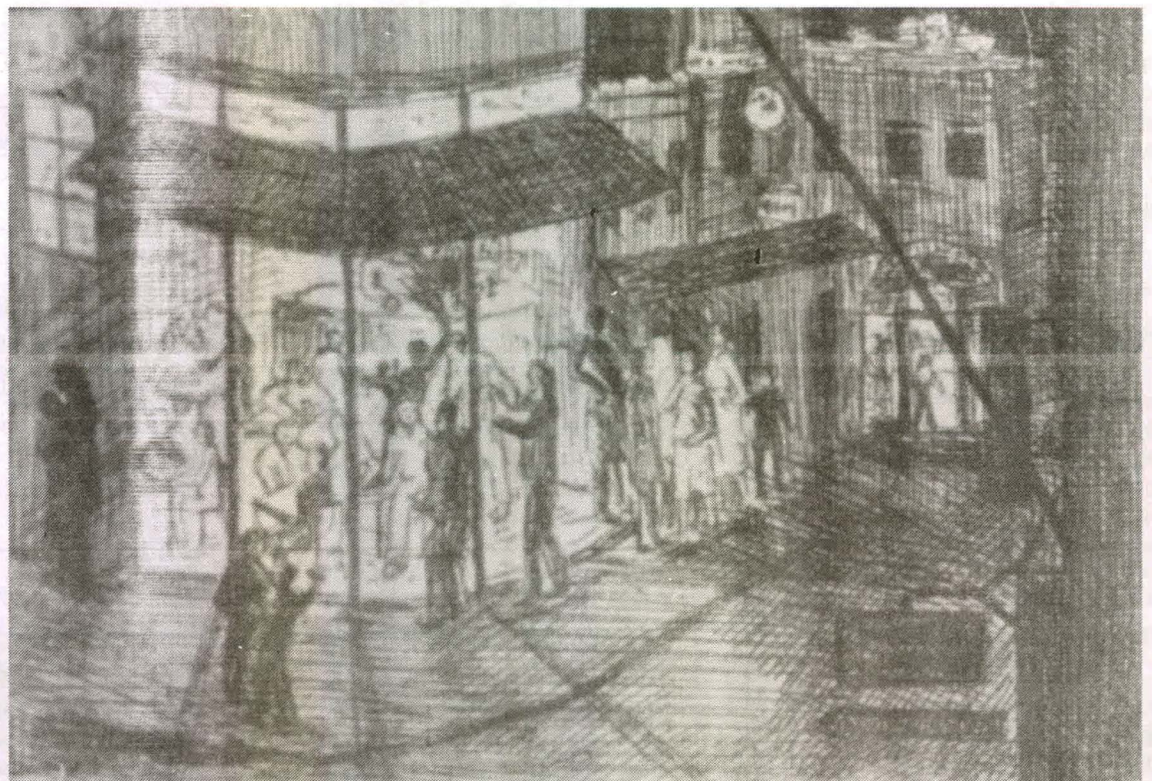
Política para genéricos, por Dante Alario Jr. e Nelson Brasil de Oliveira

RECESSO
DO CORECON/RJ.
DETALHES NA PÁG. 2

Novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico

O documento apresentado neste número do JE reflete a preocupação de um grupo de pesquisadores para caracterizar e analisar os impactos das mudanças recentes na economia mundial sobre o desenvolvimento industrial e tecnológico, e ainda refletem sobre as conseqüências para a economia brasileira.

páginas 8 e 9



JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Gamargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ – Tel: (21) 232-8178 – Fax: (21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bomfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca, telefax (21) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica, tel. (21) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON – CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20054-900 – Tel. (21) 232-8178 – Fax: (21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Eduardo Mendes Callado
Vice-Presidente: Sidney Pascoutto da Rocha

Conselheiros Efetivos: Eduardo M. Callado, João Paulo de A. Magalhães, Ronaldo Raemy Rangel, Reinaldo Gonçalves, Maria José Cyhlar Monteiro, João Manoel G. Barbosa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira, Carlos Francisco T. M. R. Lessa. **Conselheiros Suplentes:** Enilse Leite Melo, Nelson Chalfun Homsy, Sandra M. C. Souza, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antonio Lutterbach Soares, Luiz Mario Behnken.

SINDECON – SINDICATO DOS
ECONOMISTAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

Av. Treze de Maio, 23 – Grupo 1607/1608 /1609 – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20031-000 – Tel. (21) 262-2535 – Telefax: (21) 533-7891 e 533-2192 – E-mail: sindecon@sindecon.org.br – Home page: <http://www.economistas.com.br>

IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20054-900 – Tel. (21) 509-1077 – Fax: (21) 509-8121 – E-mail: ierj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

A coexistência de programas de estabilização monetária com empobrecimento da população e fortes desigualdades sociais, representa uma característica sistêmica do modelo de ajuste econômico impulsionado ao longo da última década. Destaca-se em particular a fragmentação crescente do mercado de trabalho, o lento crescimento do emprego e a precarização do emprego existente. Diminui tendencialmente o emprego formal estável e remunerado e cresce proporcionalmente o emprego informal e precário com baixa remuneração. Desde 1980 a participação do emprego industrial no interior da estrutura ocupacional brasileira tem sido decrescente. Em 1999, somente 11,5% do total dos trabalhadores pertencem à manufatura, equivalendo à situação verificada na primeira metade dos anos 50.

Como consequência, não se reduzem os níveis de pobreza, tão pouco observa-se qualquer melhora nas condições de vida da população. A deterioração do mercado de trabalho alimenta o crescimento da pobreza e mantém profundas desigualdades sociais.

Nesse sentido dois fenômenos paralelos dão a dimensão do problema: de um lado tem-se um polo reduzido, integrado de maneira ativa na dinâmica da globalização, e de outro, um amplo setor de crescimento reduzido, crescentemente marginalizado.

Recentemente foi lançado o "Panorama Social da América Latina/2000", produzido pela Cepal, que traz conclusões que configuram um forte desafio para as elites brasileiras: partimos de uma situação ruim, pioramos, e se nada for feito, vamos piorar ainda mais.

O traço comum das medidas de política econômica implementadas pelo governo, tendo como eixo a estabilidade, são as chamadas políticas neoliberais de abertura comercial, liberação do sistema financeiro, privatizações e desregulamentação, reforma da legislação laboral, restrição do papel do Estado, e extrema austeridade fiscal e monetária. O resultado tem sido o baixo crescimento, aumento do desemprego e miséria. O mercado, deixado a si mesmo, não promove a prosperidade, ao contrário: "Na maioria dos países sul-americanos reduziu-se o produto interno, aumentaram as

taxas de desemprego aberto e diminuíram as remunerações em termos reais... a aguda contração sofrida por países da região nos anos recentes permite supor um aumento da incidência da pobreza, em termos que resulta difícil que esta abarque, em meados do ano 2000, um número inferior de 220 milhões de pessoas".

A lição que pode-se tirar dessas constatações é a de que não existe forma eficaz de enfrentar o drama social fora de um compromisso de fundo com políticas públicas voltadas para o crescimento econômico a altas taxas. O epicentro do desafio é o desemprego e o subemprego. Num mercado de trabalho contraído por políticas monetárias e fiscais restritivas, políticas compensatórias de combate à miséria, ao próprio desemprego ou à precarização do mercado de trabalho estão condenadas ao fracasso. É necessário implementar a coordenação de políticas com objetivos estratégicos que permitam, de um lado impulsionar o crescimento econômico acelerado e sustentável e de outro, combater a pobreza, as desigualdades sociais, promovendo uma inserção soberana do Brasil no cenário internacional.

COMUNICADO IMPORTANTE

RECESSO DE FIM DE ANO

Informamos que o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, suspenderá suas atividades a partir das 18 horas do dia 21/12/00, retomando-as no dia 03/01/01. Agradecemos a atenção, o apoio e compreensão que recebemos de todos os profissionais, amigos e parceiros durante todo o ano 2000.

Desejamos a todos um Feliz Natal e um Novo Ano repleto de alegria e esperança!

CAPA/ARTE

Em continuidade ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicação de gravuras de seu acervo de artistas representativos da cultura brasileira, o *Jornal dos Economistas* reproduz na capa uma obra de Fayga Ostrower. Gravadora e pintora brasileira (Lodz, Polônia, 1920), estudou desenho na Sociedade Brasileira de Belas Artes, no Rio de Janeiro e, a partir de 1946, no curso de Artes Gráficas da Fundação Getúlio Vargas. Recebeu o Prêmio Internacional de Gravura na XXIX Bienal de Veneza (1958) e primeiro prêmio no I Certame Interamericano de Xilogravura, em Buenos Aires (1960).

Nota técnica (capa): *Subúrbio*, água forte com área impressa de 12,4 x 21,6 cm. Reprodução: João Dias

ARTIGO

por Lia Valls Pereira

O Brasil no comércio mundial: a estabilidade dos resultados *

A perspectiva de um déficit comercial, após as mudanças no rumo da política cambial brasileira tem suscitado, novamente um debate sobre o comércio exterior brasileiro. Que medidas o governo pode adotar? Será que a desvalorização não foi suficiente?

É preciso distinguir entre resultados conjunturais de balança comercial e resultados de longo prazo que sinalizem mudanças na pauta de comércio exterior de um país. As exportações brasileiras responderam de forma positiva ao novo cenário cambial e o crescimento das importações era esperado, dado o maior grau de abertura da economia brasileira. Alterações expressivas no valor das exportações brasileiras não serão alcançadas de forma repentina.

O conjunto de tabelas apresentadas nesse artigo visa mostrar que mudanças significativas de participação no comércio mundial são relativamente poucas – considerando-se um período de 20 anos (1980/1999). Em adição, estão normalmente associadas à alterações de regimes comerciais e de composição das pautas de comércio.

Observando-se as principais regiões mundiais (tabela 1), as alterações mais significativas nas exportações são registradas no caso da África – queda na participação de 5,9 para 1,9 por cento – Oriente Médio – queda de 10,5 para 2,5 por cento – e aumento da Ásia de 15,9 para 26,6 por cento. A América Latina mantém a sua participação relativamente inalterada, ao redor de 5%.

No caso da África são conhe-

TABELA 1 – EXPORTAÇÕES MUNDIAIS POR REGIÕES %

Regiões	Participação		Crescimento Médio Anual				
	1980	1998	1980/1990	1990/1995	1995/1997	1997/1998	1998/1999
Mundo	100,00	100,00	5,4	8,1	4,4	-1,8	3,3
América do Norte	14,43	16,52	5,9	8,3	7,8	-0,7	4,0
América Latina	5,38	5,08	2,9	9,2	11,2	-1,2	5,9
Europa Ocidental	40,10	43,40	7,2	6,2	1,5	3,4	-0,4
União Européia (15)	37,06	40,30	7,2	6,3	1,4	3,8	-0,6
Exportações extra-zona	14,51	14,91	6,0	7,4	3,7	-0,3	-1,5
Europa Central e Oriental/Países Bálticos/CEI	7,74	3,96	-3,9	8,6	18,4	-3,8	-1,7
África	5,91	1,92	-1,6	0,9	8,1	-17,0	8,2
Oriente Médio	10,55	2,54	-4,6	1,7	10,5	-22,3	22,1
Ásia	15,91	26,59	9,4	12,8	3,3	-6,2	6,8
Economias Desenvolvidas	62,92	67,91	6,9	7,0	2,5	0,6	1,7
Economias em Desenvolvimento	29,03	25,36	2,9	10,2	7,5	-6,8	8,4

Fonte: Organização Mundial do Comércio. CEI: Comunidade dos Estados Independentes.

cidas as dificuldades do continente nas últimas décadas. O valor registrado para o Oriente Médio, em 1980, está influenciado pela alta do preço do petróleo, que elevou substancialmente o valor das exportações desse produto.

O aumento da participação da Ásia é explicado, em parte pelo desempenho da China – aumento

de 0,9 para 3,4 por cento – e de alguns outros países, como Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Taiwan (ver tabela 2). A China é um caso especial, dada as transformações que ocorrerem em sua economia, que permitiram a implementação de uma série de zonas especiais para exportações (acesso livre de impostos de impor-

TABELA 2 – EXPORTAÇÕES MUNDIAIS: PRINCIPAIS PAÍSES %

Regiões	Participação		Crescimento Médio Anual				
	1980	1998	1980/1990	1990/1995	1995/1997	1997/1998	1998/1999
1 Estados Unidos	11,09	12,56	5,72	8,24	8,53	-0,90	1,83
2 Alemanha	9,48	9,99	8,12	4,43	-1,01	5,92	-0,43
3 Japão	6,41	7,14	8,23	9,03	-2,53	-7,85	8,12
4 França	5,70	5,62	6,44	5,78	0,55	5,31	-2,08
5 Reino Unido	5,41	5,02	5,33	5,50	7,86	-3,10	-1,62
6 Itália	3,84	4,46	8,11	6,56	1,32	0,88	-4,77
7 Canadá	3,33	3,95	6,54	8,53	5,62	0,14	11,02
8 Holanda	3,64	3,70	5,95	8,36	-0,84	3,82	1,53
9 China	0,89	3,38	13,06	19,10	10,84	0,56	6,05
10 Bélgica-Luxemburgo	3,17	3,29	6,19	7,76	-0,82	6,30	2,98
11 Hong-Kong	1,00	3,22	15,03	16,11	4,04	-7,09	-0,06
12 Coreia do Sul	0,86	2,43	14,02	13,98	4,34	-2,83	9,01
13 México	0,89	2,16	8,48	14,33	17,83	6,40	16,34
14 Taiwan	0,97	2,03	13,00	10,69	4,18	-8,72	10,06
15 Cingapura	0,95	2,02	10,53	17,53	2,80	-12,07	4,30
24 Brasil	0,99	0,94	4,55	8,16	6,74	-3,53	-6,08
TOTAL MUNDIAL	100,00	100,00	5,39	8,10	4,40	-1,77	3,26

Fonte: Organização Mundial do Comércio.

tações a insumos para serem utilizados em bens destinados às exportações). Segundo o relatório da Organização Mundial do Comércio para ao ano 2000, 57% das exportações chinesas são explicadas pelas atividades das zonas de processamento de exportações. Cingapura e Hong Kong devem também, parte do incremento das suas exportações, à atividades de re-exportações. No caso de Hong Kong se forem computadas apenas as exportações domésticas, o percentual em 1998 é de 0,45% e, em Cingapura de 1,17%.

Nesse cenário, se destaca a Coreia do Sul, cujos aumento das exportações revelaria mudanças na pauta em direção a produtos de maior valor adicionado, em especial, nos novos segmentos de eletro-eletrônicos.

Na América Latina, se excluímos as exportações mexicanas, a participação da América Latina cai de 4,5 para 2,9 por cento, entre 1980 e 1998. Salienta-se, porém, que o grande incremento da participação mexicana no comércio mundial – 0,9 para 2,2 por cento – se associa, como em alguns países asiáticos à presença de zonas de

processamento de exportações (as *maquiladoras*). Segundo a OMC, 45,2% das exportações mexicanas resultam das *maquiladoras*. Com a implementação da área de livre comércio entre os Estados Unidos, Canadá e México, em 1994, a importância dessas zonas especiais tende a diminuir.

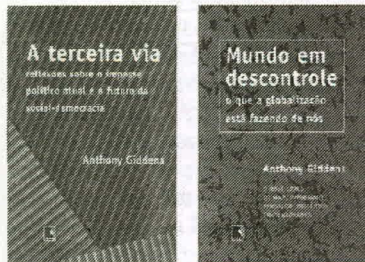
Zonas de processamento de exportações devem ser entendidas, como etapas transitórias, e sua implementação nem sempre se justifica para países com mercados internos relativamente grandes, atrativos para o investimento direto. Como o próprio relatório da OMC destaca, as evidências em termos de geração de empregos, absorção de tecnologia e estímulo para as exportações domésticas é controverso.

O ponto principal a se destacar aqui refere-se que mudanças significativas de participação no comércio mundial são projetos de longo prazo, excetuando-se implementação de regimes especiais de estímulo às exportações. Sob esse prisma, não há “medidas mágicas”.

A oferta exportadora de um país reflete sua capacidade produtiva, em termos quantitativos e quali-

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Record está oferecendo os livros abaixo, com **desconto de 30%** sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação dos economistas com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir à categoria o acesso a títulos de abrangente importância para a sua formação.



Mundo em descontrole
de R\$ 18,00 por R\$ 12,60
A terceira via
de R\$ 25,00 por R\$ 17,50

- **O mercado de derivativos financeiros** - Octavio Bessada
R\$ 17,50
- **Episódios da história monetária**
- Milton Friedman
R\$ 14,70
- **Aspectos morais do crescimento econômico**
- Barrington Moore Jr.
De: R\$ 28,00 por: R\$ 19,60
- **O mercado futuro e de opções**
- Octavio Bessada
De: R\$ 25,00 por: R\$ 17,50
- **Falso amanhecer** - JOHN GRAY
De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60
- **Destruição não criadora**
- Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada
- Maria da Conceição Tavares
De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60
- **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL** - (volumes I e II)
- organizado por Ricardo Bielschowsky
De: R\$ 40,00 Por: R\$ 28,00 (cada)
- **Por uma outra globalização**
- Milton Santos
De: R\$ 20,00 Por: R\$ 14,00
- **O livro negro do capitalismo**
- Organizado por Gilles Perraut
De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.
Horário de funcionamento:
de segunda a sexta, das 13:00 às 17:00
Telefone: (21) 232-8178

- ARTIGO

tativos. Além disso, influenciam estratégias de comercialização, em termos de identificação de oportunidades, busca de parcerias - quando relevantes -, entre outros fatores. A atividade de exportação não pode ser vista, como uma alternativa para um mercado interno em recessão ou, apenas, como geradora de divisas, em momentos de retração de fluxos de capitais externos.

É bom lembrar que a grande mudança da pauta brasileira de exportações ocorreu na década de 70 - um período de elevadas taxas de crescimento econômico -, quando de exportador de produtos básicos, o Brasil passou a exportador de manufaturas. Reconhece-se também, que naquele período o impulso exportador esteve associado a uma mudança de regime da política de comércio exterior, eliminando parte do viés anti-exportador dos períodos passados. Mudou-se a política cambial, que passou a ser gerenciada visando a manutenção da paridade do câmbio real e implementou-se uma série de programas de subsídio às exportações. Voltar ao mesmo cenário parece estar fora de questão. Sob essa ótica, um aumento substancial das exportações estaria, à princípio, atrelado aos fatores que determinam de forma geral a possibilidade de um aumento sustentado de crescimento no país. Não são descartadas, porém, que programas especiais de estímulo às exportações possam ser pensados, na forma de políticas de promoção comercial, financiamentos e apoio à formação de recursos humanos e desenvolvimento de pesquisas.

Os dados de importações mostram que há uma grande coincidência em termos dos principais países e de participações das regiões, o que é esperado. (tabelas 3 e 4). A maior presença de um país no comércio mundial sinaliza a sua importância nas trocas comerciais, tanto de vendas como de com-

pras. O Brasil ocupa o 24º lugar, como maior exportador mundial e 21º, como importador, no ano de 1998. A elevação na participação das exportações brasileiras no comércio mundial pressupõe provavelmente, também, aumento das importações, o que deve ser compatível com um cenário de crescimento econômico.

Ressalta-se que dado o tamanho da economia brasileira, a participação das exportações no PIB (Produto Interno Bruto) nunca será muito elevada. A participação das exportações de mercadorias no PIB (Produto Interno Bruto) dos Estados Unidos foi de 7,6% e das importações de 10,4%, em 1998. Esses mesmos coeficientes, no caso brasileiro, foram de 6,9% e 7,6%. A grande diferença, ao se

pensar o papel do comércio exterior, é que os Estados Unidos são também grandes exportadores de serviços. Sob esse prisma, o esforço de incremento das exportações brasileiras de mercadorias tende a ser maior. No entanto, essas notas sugerem que esse não é um projeto de resultados imediatos. Do ponto de vista conjuntural, o importante é apenas que no gerenciamento dos resultados da balança comercial, evitem-se medidas que comprometam um cenário de mudanças de longo prazo da pauta brasileira.

Lia Vals Pereira. Instituto Brasileiro de Economia/FGV. Faculdade de Ciências Econômicas/UERJ.

* Parte do artigo foi publicado originalmente na revista *Conjuntura Econômica* da Fundação Getúlio Vargas de novembro de 2000.

TABELA 3 - IMPORTAÇÕES MUNDIAIS POR REGIÕES %

Regiões	Participação		Crescimento Médio Anual				
	1980	1998	1980/1990	1990/1995	1995/1997	1997/1998	1998/1999
Mundo	100,00	100,00	5,49	8,05	4,68	-0,96	3,85
América do Norte	15,44	20,32	7,19	7,95	8,20	4,44	11,42
América Latina	5,94	6,05	0,49	14,30	13,74	4,81	-3,83
Europa Ocidental	44,63	42,57	6,27	5,38	1,46	5,92	0,35
União Européia (15)	40,84	39,11	6,28	5,48	1,15	6,32	0,90
Importações extra-zona	18,83	14,66	3,97	4,99	3,02	6,23	2,641
Europa Central e Oriental/Países Bálticos/CEI	7,43	4,28	-2,99	6,43	25,91	-1,75	-12,86
África	4,67	2,32	-0,21	5,64	2,14	0,77	0,38
Oriente Médio	4,96	2,58	-0,36	5,62	7,54	-3,25	4,25
Ásia	16,97	21,88	8,03	12,96	2,88	-16,56	9,32
Economias Desenvolvidas	68,00	68,37	6,32	6,29	3,03	3,21	4,73
Economias em Desenvolvimento	24,28	24,69	4,35	12,42	6,08	-10,28	4,56

Fonte: Organização Mundial do Comércio.

CEI: Comunidade dos Estados Independentes.

TABELA 4 - IMPORTAÇÕES MUNDIAIS: PRINCIPAIS PAÍSES %

Regiões	Participação		Crescimento Médio Anual				
	1980	1998	1980/1990	1990/1995	1995/1997	1997/1998	1998/1999
1 Estados Unidos	12,39	16,66	7,24	8,32	7,99	4,85	12,43
2 Alemanha	9,06	8,32	6,58	5,44	-1,98	5,70	0,41
3 Reino Unido	5,57	5,57	6,79	3,53	7,80	2,25	1,76
4 França	6,50	5,12	5,68	3,34	-0,89	6,64	-1,16
5 Japão	6,81	4,96	5,24	7,37	0,43	-17,20	10,77
6 Itália	4,86	3,81	6,09	2,52	0,94	2,68	0,20
7 Canadá	3,02	3,64	7,02	6,45	9,21	2,59	6,85
8 Holanda	3,76	3,31	4,92	7,09	0,06	5,37	0,84
9 Hong-Kong	1,11	3,30	13,93	18,27	4,30	-12,44	-2,70
10 Bélgica-Luxemburgo	3,46	2,95	5,24	5,53	-0,27	7,03	1,55
11 China	0,97	2,48	10,28	19,88	3,82	-1,50	18,17
12 Espanha	1,64	2,35	9,92	5,53	3,37	8,21	9,17
13 México	1,07	2,31	7,00	11,74	23,04	13,90	13,31
14 Taiwan	0,95	1,85	10,74	13,59	4,81	-7,87	5,79
15 Cingapura	1,16	1,79	9,75	15,38	3,14	-23,36	9,36
24 Brasil	1,20	1,07	-1,02	19,01	9,94	-6,58	-14,76
TOTAL MUNDIAL	100,00	100,00	5,49	8,05	4,68	-0,96	3,85

Fonte: Organização Mundial do Comércio.

ARTIGO

por Marcio Pochmann

As possibilidades do salário no capitalismo

As economias de mercado apresentam distintas possibilidades de composição do salário, especialmente no século XX. Em geral, o salário encerra um conceito amplo e complexo que se expressa como premissa básica para o entendimento da condição de vida humana nas economias de mercado. Ao mesmo tempo corresponde a uma contraprestação decorrente de uma jornada que gerou trabalho necessário e excedente, sendo o primeiro absorvido pelo empregado assalariado e o segundo apropriado principalmente pelo empregador.

Duas formas de salário destacam-se no processo de produção capitalista. A primeira diz respeito às disputas pela fixação da taxa nominal de salário, em conformidade com o poder de barganha dos sindicatos e a força de mercado das empresas (*economic wage*). Neste caso, a relação entre vendedores e compradores de força de trabalho é determinante, muito mais no mercado interno de trabalho pertencente às grandes empresas, onde prevalece a difusão de contratos coletivos, do que no mercado geral de trabalho conformado por micro e pequenas empresas sem elevada presença sindical.

Por conta disso, o tipo de contratação e o funcionamento do sistema de relações de trabalho são, de um lado, elementos importantes na definição do estágio de organização dos trabalhadores e de politização das negociações salariais, com maior ou menor presença do Estado no ambiente trabalhista através das políticas de pleno emprego, de regulação do mercado de trabalho, de gasto e emprego público, entre outras. De outro lado, o padrão de acumulação de capital, a estrutura produtiva e o ritmo de expansão da economia também constituem referências inquestionáveis na confi-

guração do uso e da remuneração da força de trabalho.

A segunda forma de salário está associada ao processo de definição política da remuneração do trabalho. Em geral, tende a expressar o estágio de pressão política direcionada à constituição de uma sociedade menos desigual e solidária, sem vínculos diretos e imediatos com a relação entre vendedores e compradores de força de trabalho.

Neste caso, constata-se a existência de dois limites (inferior e superior) à evolução salarial. No limite inferior, o salário encontra-se associado ao nível mínimo do custo de reprodução da mão-de-obra (*living wage*).

Dessa forma, o menor salário não deve se encontrar abaixo do valor definido pelos meios de subsistência necessários à sobrevivência do trabalhador e sua família, constituído pelo custo de uma *cesta básica de consumo*, cuja composição está associada ao conjunto de bens e serviços determinado histórica e biologicamente. Quanto maior o excedente de mão-de-obra, maior a pressão para manter a taxa de salário próxima do limite inferior, definido pelo custo dos meios de subsistência do trabalhador e de sua família. Este, por sua vez, depende, em cada sociedade, dos hábitos culturais, do estágio de industrialização, do avanço da urbanização, entre outros motivos.

No limite superior, a definição do salário líquido resultaria dos efeitos fiscais sobre o rendimento bruto do trabalhador (*fiscal wage*). Isto é, a capacidade da política fiscal de restringir o poder aquisitivo do trabalhador a partir de um determinado limite superior. Nesse caso também é sugestiva a ampliação do conceito de salário para a de rendimento, como forma de envolver outras formas de remuneração, como lucros, renda de imóveis (urbanos e rurais),

juros, entre outros.

As contribuições sociais e os impostos diretos, especialmente sobre a renda, tributam na fonte o rendimento bruto do trabalho, comprimindo o seu valor final líquido. Dessa forma, os impostos podem exercer uma das principais características da política tributária que é a justiça fiscal. Em outras palavras, retirar mais dos maiores rendimentos e menos das menores rendas.

Apesar dos méritos associados ao estabelecimento de limites inferiores e superiores ao movimento dos rendimentos no processo de reprodução capitalista nos países avançados, constata-se, no Brasil, a sua insuficiência de consistência. Isso ocorre, em maior medida, devido à ausência de vontades, principalmente por parte das autoridades públicas para intervir em um das principais fundamentos de existência humana a partir de sua ação no processo produtivo.

A noção de parâmetro mínimo de consumo de bens e serviços necessários à sobrevivência do trabalhador e sua família, embora adequada à identificação das necessidades vitais (biológicas), não se aplica no Brasil. Apesar de assim a atual Constituição Federal definir o salário mínimo, seu valor tem sido decretado recorrentemente distante disso. Talvez nunca alcance aquilo que o preceito constitucional prevê, sobretudo se depender de posições manifestadas constantemente pela equipe econômica.

São diversos os exemplos de existência de rendimento abaixo do mínimo vital, ocasionando, invariavelmente, problemas de médio e longo prazos à saúde e à capacidade de trabalho da mão-de-obra, ou ainda, para as próximas gerações de brasileiros. Como o nível de rendimento pode se manter abaixo de um mínimo vital (biológico) ao ser humano, sem implicar, necessariamente, em prejuí-

zos ao processo de acumulação de capital, percebe-se no Brasil a presença generalizada de parcelas da população vivendo em condições muito aquém da linha de pobreza absoluta.

Da mesma forma, o conceito de limite superior para a evolução do rendimento pouco se sustenta no país, pois é insuficiente para caracterizar a sua possibilidade de impedimento para além da determinação da escala de tributos. São diversas as situações de baixa efetividade da política tributária para a definição do limite máximo da remuneração líquida, assim como as faixas da tributação direta são relativamente baixas. A sonegação representa um fenômeno emblemático no país.

Além disso, predomina no país uma estrutura tributária regressiva, em que os mais pobres pagam mais impostos que os ricos. Não causa espanto, a notícia divulgada pela própria Receita Federal de que no Brasil os aposentados pagam, em média, mais tributos do que empresários.

Para aqueles que se encontram empenhados na construção de um país justo e menos desigual, a tarefa de repensar o papel das políticas de salário mínimo e de tributação não pode representar apenas e tão somente um mero exercício abstrato. Exige, necessariamente, o engajamento social. A discussão atual do salário mínimo aponta para uma excelente oportunidade para demonstração política de que os remendos já não são mais suportáveis, a não ser que predomine a aposta no descrédito de instituições fundamentais à democracia como os poderes legislativo, judiciário e executivo.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Informalidade e Desemprego: rumo ao reconhecimento da cidadania

O desemprego, como é observado nos dias de hoje, é apenas a ponta do iceberg de uma mudança mais profunda que está se estabelecendo no mercado de trabalho, alterando formas de inserção, contratos de trabalho, direitos sociais e conteúdo das ocupações.

A sociedade contemporânea defronta-se com pelo menos cinco elementos de mudanças que criam e contextualizam o ambiente onde o trabalho, e a compra e venda da força de trabalho, se realizam. O primeiro é a revolução tecnológica em andamento, poupadora de trabalho, conforme o movimento secular do progresso técnico, que cria as bases para reestruturar a produção de bens e serviços, os processos e a organização do trabalho, bem como amplia as possibilidades de maneira infinita do fornecimento de bens imateriais. A segunda é a reorganização política e econômica rumo à sociedade de informação na qual o conhecimento, sua produção, aplicação e difusão constituem-se em seu pólo dinâmico, incitando mudanças e adaptações no conteúdo das atividades econômicas, relações de trabalho e teor das ocupações. O terceiro é a liberalização da economia que confere padrões de difusão de consumo e de estruturas produtivas mais eficientes e competitivas em nível global. O quarto é o ajustamento estrutural das economias, sob os princípios liberais e hegemonia norte-americana, sua implementação segue em cada país metas, velocidade e períodos específicos, em virtude dos objetivos e condições políticas definidos pelas suas elites, suas opções, entretanto, encontram-se circunscritas à inserção internacional de cada país. Por fim, o quinto elemento é a restri-

ção da demanda agregada imposta pela política monetária norte americana que atribui padrão de austeridade econômico na economia global e limita as possibilidades do crescimento econômico e do emprego.

A resposta social a estes processos societários que mudam e constroem a sociedade contemporânea é dupla: - de um lado, corrosão ou inadequação de práticas e instituições sociais; de outro, sua constituição, adaptação e definição. Este processo de adaptação e redefinição das relações de produção, processos de trabalho, formas de inserção dos trabalhadores, relações de trabalho e conteúdo das ocupações, bem como das formas sociais e jurídicas destas relações sociais no momento contemporâneo é denominado na literatura de *Processo de Informalidade* (Cacciamali, 2000).

Aplicando esse conceito ao caso do mercado de trabalho, esse processo mostra-se por meio de um conjunto de fenômenos, entre os quais destaco os seguintes: i) maiores taxas de desemprego; ii) intermitência entre inatividade e participação no mercado de trabalho; iii) maior participação das mulheres e adaptação e surgimentos de ocupações que lhes são adequadas; iv) novas modalidades de contrato coletivo e individual para a mão de obra assalariada; v) práticas de sub-contratação ou de terceirização realizadas por meio de contratos comerciais; vi) contratos não registrados - verbais acordados à margem das leis trabalhistas -; vii) expansão de pequenos estabelecimentos sem delimitação da relação capital-trabalho; e viii) e trabalhos por conta própria.

Essas expressões do processo de

informalidade expandem-se em praticamente todos os países do planeta, entretanto adquirem diferentes graus de importância em cada sociedade ou território, no momento contemporâneo, em virtude de seus processos históricos, instituições estabelecidas e respostas aos elementos de mudança citados anteriormente.

Em um primeiro plano geral, por exemplo, nos países industrializados europeus, pelo fato de terem consolidado uma sociedade salarial, a reestruturação produtiva e o desemprego implicam maior predominância na reformulação dos contratos de trabalho: expansão de modalidades alternativas ao contrato individual de trabalho permanente, mudanças nas cláusulas dos contratos coletivos orientando-os para o modelo denominado na literatura como *flexível de relações de trabalho*; desenvolvimento das práticas de sub-contratação e contratos acordados à margem da legislação trabalhista para a mão de obra imigrante. O desemprego se amplia, paulatinamente registra-se modificações nos sistemas públicos de emprego, em suas regras de acesso, cobertura e desembolso para os desempregados, bem como introduzem-se diferentes tipos de políticas públicas para atenuar a ausência de trabalho para um conjunto expressivo da população (políticas locais de emprego, formação profissional; etc.).

Na América Latina, por outro lado, em virtude da maioria dos países não completar os pré-requisitos de uma sociedade salarial, as manifestações mais numerosas do processo de informalidade no mercado de trabalho são a expansão dos pequenos estabelecimentos produtivos, do trabalho por conta

própria, do serviço doméstico e dos contratos de trabalho não registrados junto à Seguridade Social. Paulatinamente abre-se um ambiente que permite a discussão da definição de novas práticas sociais orientadas para esses grupos, redefinem-se políticas sociais que os compreendem, modificam-se os conteúdos dos contratos de trabalho individuais e coletivos, alteram-se as legislações laborais e suas relações com o Sistema de Seguridade Social.

Assim, pode-se afirmar que as transformações no mercado de trabalho estão criando um ambiente de reconstrução jurídica dos contratos de trabalho individuais e coletivos para a mão de obra assalariada e para as formas de trabalho por conta própria ou sob a forma de microempresas, bem como de suas relações com o Direito Social e com o Sistema de Seguridade Social, configurando novas bases para mudanças no Regime de Proteção Social.

Os efeitos sociais desse processo de criação, recriação e adaptação de regras e práticas no mercado de trabalho, em virtude dos elementos citados anteriormente, também são distintos nas diferentes sociedades ou territórios. As características mais frequentes e que se sobrepõe às demais são a elevação no grau de concentração da renda, privatização das regras e maior heterogeneidade nas formas de contratação, uso e remuneração de mão de obra e na prestação de serviços, e maior intensidade do trabalho com decorrentes psicopatologias. Entretanto, devo observar que em muitas sociedades e territórios economicamente atrasados e pobres, arranjos institucionais permitem que níveis de

ARTIGO

pobreza sejam contidos ou minorados, o acesso a bens e serviços públicos e privados venham aumentando, práticas de discriminação sejam retiradas, violações ao Estado de Direito sejam coibidas e índices de qualidade de vida se ampliem, enquanto em sociedades afluentes percebem-se o surgimento ou exacerbação de níveis elevados de exclusão social.

No caso brasileiro, a composição do mercado de trabalho deixa claro que o crescimento econômico é insuficiente para manter o desemprego em níveis compatíveis com o quadro social do país ou de sustar a expansão do desemprego e do emprego sob formas alternativas ao contrato de trabalho permanente para a mão de obra assa-

lariada. Ao longo dos anos 90, as taxas de desemprego aberto chegaram a atingir 8% da População Economicamente Ativa e atingem no momento presente 7%. O crescimento do emprego dos assalariados sem registro em carteira do trabalho foi da ordem de 40% e dos trabalhadores por conta própria atingiu 35%. Em contraposição o número de assalariados com contrato registrado em carteira decresceu cerca de -24% (gráfico 1). A composição da ocupação por status mostra que essa última categoria representa no mercado de trabalho cerca de 45% do total de ocupados, constitui, entretanto a única categoria que tem uma relação presente e cidadã com o sistema de seguridade social (Quadro 1).

GRÁFICO 1 – OCUPAÇÃO POR STATUS
Áreas Metropolitanas – 1989-1999

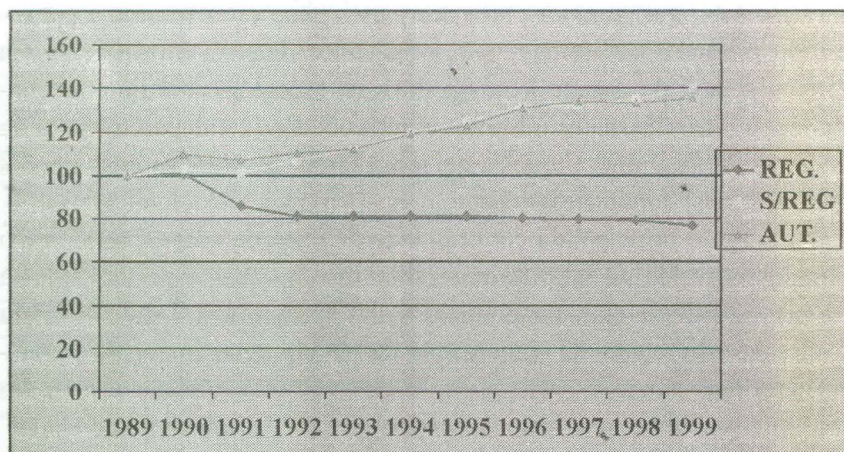


TABELA 1

OCUPAÇÃO POR STATUS				
Total das Áreas Metropolitanas				
1989-1999				
Anos				
1989	57,71	19,85	17,2	4,31
1990	58,07	18,77	17,37	4,33
1991	56,94	19,11	18,54	4,47
1992	53,74	20,77	20,11	4,41
1993	51,41	22,2	20,99	4,37
1994	50,52	23,08	21,09	4,33
1995	49,24	23,7	21,79	4,2
1996	48,39	24,09	22,02	4,47
1997	46,73	24,79	22,77	4,61
1998	46,28	24,76	23,33	4,51
1999	45,85	25,4	23,22	4,53
2000	44,53	26,36	23,57	4,57

Fonte: Elaborada pela autora a partir de F.IBGE/PME

O Regime de Proteção Social foi formulado na maioria dos países latino-americanos, inclusive no Brasil, a partir dos anos 30 em um contexto de autoritarismo político, em um ambiente econômico de proteção à produção doméstica e com um movimento sindical organizado demandando maior remuneração e estabilidade e regras definidas nas relações de trabalho. O direito social centrou-se na definição e posterior ampliação da proteção à mão de obra assalariada com contrato registrado por tempo indeterminado e sindicalizada, desde então até os anos 80: a constituição cidadã de 1988 amplia os direitos sociais para esta categoria.

Esse arranjo político e institucional torna-se insuficiente a partir dos anos 80 e principalmente nos anos 90 perante a dinâmica do mercado de trabalho e suas diferentes dimensões, discutidos ao longo deste artigo. O Estado incentiva práticas contratuais alternativas por meio de negociações coletivas, não fiscaliza a aplicação dos códigos de trabalho e consente, muitas vezes valoriza em nível local, formas de trabalho alternativas ao assalariamento. Os objetivos neste caso são atenuar o desemprego originário do ajuste estrutural e da reestruturação produtiva, bem como criar uma ideologia para forçar a mudança de comportamento da mão de obra assalariada sindicalizada e protegida pelas Leis Trabalhistas e o Sistema de Seguridade Social vigente. Além disso, o Estado promove políticas de trabalho e renda orientadas para os trabalhadores que não se constituem em assalariados registrados, ampliando o acesso a bens e serviços públicos nos programas de intermediação e qualificação de mão de obra, e microcrédito.

Assim, às limitações financeiras reconhecidas para o Sistema de Seguridade Social engendrado no modelo econômico anterior e no

momento presente, soma-se a perda de legitimidade política e abre-se um campo político para o desenho de um outro Regime de Proteção Social, inserido na ordem econômica e social em construção. Nesse contexto, discutem-se a participação e ampliação da esfera privada na prestação de serviços sob a forma mercantil e não mercantil; a regulamentação, padronização e o monitoramento público desses serviços; a organização e gestão dos serviços públicos; o papel, organização e gestão da assistência social; a universalização ou a ação focalizada em determinadas esferas; etc. Esse processo constitui a base do direito social que está em construção para atender as demandas sociais originárias deste processo de mudança. Posto isto, a reformulação do Sistema de Seguridade Social, sua universalização e a garantia de direitos fundamentais do trabalho é uma meta a ser proposta e alcançada não apenas no Brasil, mas em toda a região da América Latina. A constituição jurídica das atividades dos trabalhadores por conta própria e pequenos empreendedores, o reconhecimento dos contratos para a mão de obra assalariada e para as relações de sub-contratação, a maior abrangência e cobertura do seguro desemprego, no caso latino-americano, e brasileiro, devem ser analisados e implementados como um instrumento adicional para o exercício da cidadania plena para a maioria da população.

Maria Cristina Cacciamali é Doutora e Professora Livre-Docente pela Universidade de São Paulo, com pós-doutoramento pelo Massachusetts Institute of Technology (USA). Atualmente é Professora Titular do Departamento de Economia e Presidente do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo onde leciona e pesquisa na Área de Estudos do Trabalho.

Referências Bibliográficas

CACCIAMALI, M.C. "Globalização e processo de informalidade", *Economia e Sociedade*, n.14, junho de 2000, p.153:174.

DOCUMENTO

Manifesto Glória 2000

Universidade Federal do Rio de Janeiro, novembro de 2000.*

O Seminário Internacional do Projeto de Pesquisa "Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico" ocorreu no Rio de Janeiro de 4 a 6 de setembro de 2000. O projeto reflete os esforços de uma rede de pesquisadores, organizada no Cone Sul desde 1997, para caracterizar e analisar os impactos das mudanças recentes na economia mundial sobre o desenvolvimento industrial e tecnológico no Brasil e em outros países do Mercosul.

A atual fase do projeto beneficiou-se de apoio analítico e conceitual de pesquisadores e representantes de instituições brasileiras, latino americanas, européias e das Nações Unidas. O seminário discutiu as experiências de diferentes arranjos no Brasil. Os principais pontos debatidos foram as tendências recentes do processo de capacitação produtiva e inovativa dos arranjos produtivos no Brasil e na América Latina e as implicações de políticas que delas resultam.

O Manifesto Glória 2000 foi elaborado a partir de contribuições deste seminário (para maiores detalhes, ver www.ie.ufrj.gei/gil). Ele reflete o desejo e a necessidade de promover uma discussão mais profunda sobre as novas ameaças e oportunidades para os países latino-americanos – e particularmente o Brasil – diante das mudanças recentes. Espera-se que o debate sobre o escopo e o conteúdo do Manifesto possam contribuir tanto para o estabelecimento de uma nova agenda de pesquisa – enfatizando a dimensão interativa do aprendizado tecnológico e suas especificidades no contexto da América Latina –, como para a elaboração e implementação de políticas industriais e tecnológicas em sintonia com a Era do Conhecimento.

1. Na Era do Conhecimento, a emergência do paradigma das tecnologias de informação e comunicação (TIGs), o acirramento da competição e a aceleração do processo de globalização estão produzindo um impacto significativo nas formas de desenvolvimento industrial e tecnológico, com importantes consequências para o desenvolvimento econômico. Como resultado, conceitos e condições de: desenvolvimento (local e nacional), produção e inovação, competitividade, organização e gestão das empresas, Estado Nação, políticas públicas e privadas estão sendo revistos e novas abordagens são necessárias.

2. Um novo regime de acumulação dominado pelas finanças emerge e encontra suporte institucional dentro das maiores e mais ricas economias. O domínio do capital financeiro, dos investidores institucionais e dos novos métodos de valorização do capital, que requerem taxas maiores de lucratividade, pode prejudicar a criação de conhecimento e contribuir para a fragilização das condições de trabalho. Toda a economia mundial é confrontada com uma crescente pressão de transformação e uma acelerada taxa de mudança, que oferece vantagens para aqueles que aprendem rapidamente e que se integram nas redes mais avançadas de conhecimento. Isso pode contribuir para ampliar a polarização existente na distribuição de poder, riqueza, conhecimento e aprendizado, expandindo as disparidades entre regiões e sociedades.

3. Mais sério do que o "digital divide" entre aqueles que têm acesso às novas tecnologias e aqueles que não têm é o "learning divide". O

que mais importa na sociedade e economia baseadas no conhecimento não é o número de computadores e linhas de telefone disponíveis, mas sim a criatividade e capacidade de usar as novas tecnologias e o conhecimento, bem como a capacidade de aprender e buscar novos conhecimentos.

4. A nova economia nos Estados Unidos é um fenômeno único que não pode ser replicado no resto do mundo. Ela é baseada em permanentes fluxos de capital financeiro e intelectual que refletem a posição hegemônica da economia norte-americana, bem como no uso de mão-de-obra barato dentro do NAFTA. As demais economias mais bem sucedidas na nova era são baseadas em coesão social e alto grau de igualdade e equidade na distribuição de renda, os quais são necessários para a criação e retenção de capital intelectual.

5. Vista de tal perspectiva, a situação nos países latino americanos é muito difícil. O contexto macroeconômico é mais estável do que no passado, os mercados são desregulados e mais abertos e existe menos intervenção governamental na esfera produtiva. No entanto, a produtividade não é maior e o desemprego aumentou dramaticamente, ao mesmo tempo em que as condições de vida e de distribuição de renda se deterioraram. Como resultado da abertura à importação de bens, serviços e capital, a maior parte dos países pode estar usando e consumindo produtos e sistemas mais sofisticados. Porém, o retrocesso em termos do uso de capacitações produtivas, tecnológicas e de engenharia locais tem sido imenso. Muitas equipes de P&D e departamentos de engenharia (incluindo aqueles de subsidiárias de grandes corporações transacionais) foram desativados.

6. A razão principal da continuidade da crise de adaptação ao novo paradigma reside na falta de entendimento das suas especificidades e na necessidade de elaborar políticas a elas apropriadas. Tendo em vista os desafios do regime de acumulação dominado pelas finanças, é preciso identificar novos espaços e papéis das políticas públicas e privadas que dêem coerência e formas particulares de "produtividade social" (instituições, redes, aprendizado coletivo interativo, etc.) aos sistemas de produção e inovação.

7. O novo contexto e os novos problemas requerem a elaboração e a implementação de formas mais sofisticadas de promoção do desenvolvimento industrial e tecnológico. Estas devem levar em consideração as transformações recentes e também as mudanças associadas aos novos mecanismos de governança em nível mundial, que incluem as condições estabelecidas pela OMC e outras instituições e agências internacionais. Também são necessárias estratégias integradas de desenvolvimento com foco no aprendizado e no conhecimento na América Latina. A construção de competências, como meio de obter autoconfiança e reconhecimento de camadas marginalizadas da população, pode ter um papel crucial na mudança das condições de desenvolvimento econômico e social.

8. Existe a necessidade de inovações institucionais em nível regional, nacional e global, de forma a criar poder para contrabalançar nacionalmente e globalmente os efeitos negativos do novo contexto. Além disso, é preciso um novo "new deal" que focalize a redistribuição de capacitações de aprendizado e a inclusão de todos os agentes nas novas

DOCUMENTO

redes intensivas em conhecimento. Certamente, a política regulatória tem um relevante papel a desempenhar. Uma questão importante para os países da região é o desenvolvimento de uma estratégia diplomática mais ativa, com o objetivo de regular a abertura da economia, de maneira tal que as pressões de transformação possam ser combinadas com criação ao invés de destruição e “desaprendizado”. Uma questão urgente correlata é reduzir a volatilidade de fluxos financeiros globais.

9. A instabilidade e vulnerabilidade macroeconômicas – resultados do elevado déficit externo e das altas taxas de juros – representam importantes políticas tecnológicas “implícitas” que minam o investimento em capital real e intelectual de longo prazo. Isso aponta para a necessidade de estabelecer instrumentos financeiros que reduzam o impacto negativo de políticas macroeconômicas, ou seja, das altas taxas de juros. O retorno ao crescimento sustentado não é simples nem automático. É urgente a implementação de uma estratégia de transição em direção a uma articulação benigna entre a política macroeconômica e a construção de uma rota de desenvolvimento sustentado.

10. O novo projeto de desenvolvimento deve reforçar mutuamente a articulação entre política macroeconômica e política industrial e tecnológica visando uma inserção mais competitiva e autônoma, que assegure a coexistência com o processo de globalização de uma maneira menos destrutiva. A articulação entre políticas industriais e tecnológicas e macroeconômicas devem sustentar esforços efetivos para exportar, bem como para produzir para o mercado interno (e substituir importações) no âmbito da visão contemporânea das cadeias produtivas integradas. O entendimento e acompanhamento da natureza da concorrência, em indústrias específicas em níveis nacional e global, e a continuidade das políticas são fundamentais para a criação de um tipo de competição no mercado doméstico, que estimule a mudança e não leve à destruição (sem criação) de competidores nacionais e também de potenciais futuros competidores.

11. Em nível nacional/federal, existe a necessidade de coordenar as políticas que contribuam para elevar a capacidade de aprendizado e que ajudem a reduzir a desigualdade social. Atenção particular deve ser dada à educação e ao treinamento em todos os níveis, mas especialmente no nível básico. Isso inclui todos os outros tipos de políticas e particularmente aquelas relacionadas ao mercado de trabalho, ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento industrial. Um passo crítico em tal direção é quebrar as barreiras entre as respectivas burocracias e ministérios, em todos os níveis hierárquicos. O rápido ritmo de mudanças e suas dimensões internacionais significam também que as políticas devem ser continuamente adaptadas e reformuladas.

12. No Brasil, existem importantes exemplos de sistemas produtivos locais que apresentam muito pouco (se não nenhum) esforço interativo e inovativo. A interação entre vários atores vem sendo crescentemente reconhecida como importante fonte de vantagem competitiva. Sistemas produtivos locais dinâmicos são particularmente importantes para países em desenvolvimento. A participação em tais formatos organizacionais têm ajudado firmas de todos os tamanhos, mas especialmente pequenas e médias (PMEs), a ultrapassar barreiras e produzir e comercializar seus produtos. Aglomerações de PMEs são especialmente importantes em regiões onde representem oportunidades de emprego e a principal possibilidade de promover desenvolvimento econômico e social.

13. Novas políticas impõem também o entendimento de que o respeito às especificidades locais, regionais e nacionais é um requerimento

básico da “economia do aprendizado crescentemente globalizada”. Isto implica que:

- regimes macroeconômicos não devem ser elaborados de forma a dificultar o estabelecimento de sistemas produtivos e inovativos locais e nacionais. Seus sucesso, coesão e longevidade são determinados pelas ligações entre estes regimes e os ambientes microeconômicos;
- a ênfase na localização, entendida como “societalização”, não está nunca separada de questões geopolíticas;
- as políticas de promoção de sistemas locais devem sempre seguir objetivos e coordenação nacionais; a coordenação nacional deve harmonizar interesses locais e, acima de tudo, evitar “guerras fiscais”;
- novas visões para definir competitividade são necessárias para substituir aquelas baseadas em preços, custos (particularmente custos do trabalho) e taxas de câmbio, que se tornaram obsoletas;
- níveis muito maiores de qualificação e capacitação são requeridos para o estabelecimento de formas sustentáveis de parceria e competitividade industrial e tecnológica;
- uma base de recursos humanos mais forte é necessária de forma a acelerar os processos de aprendizado, aumentar o potencial inovativo e ampliar as chances do sistema enfrentar a pressão competitiva;
- novos esquemas de financiamento devem levar em consideração os contextos financeiro e produtivo globais, bem como as necessidades de competidores nacionais, particularmente as PMEs. Isso inclui novas formas de promover e sustentar redes locais de PMEs de forma a gerar as inovações necessárias para seu crescimento e competitividade;
- o aprendizado de políticas públicas e privadas é uma parte essencial da economia do aprendizado.

Documento elaborado a partir de contribuições e apoio de Helena Lastres, Bengt-Åke Lundvall, José Cassiolato, Lynn Mytelka, Bjorn Johnson, Hubert Schmitz, Cristina Lemos, Marco Antônio Vargas, Marina Szapiro, Jorge Katz, Judith Sutz, Rodrigo Arocena, Renato Campos, Arlindo Villaschi, Catherine Sauviat, François Chesnais, Mauro Borges Lemos, Clélio Campolina, Luciano Coutinho, Roberto Bernades, Rejane Alievi, Marc Humbert, Pascal Petit e Chris Freeman.

CURSO

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
Universidade Federal do Rio de Janeiro
IPPUR/UFRJ

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM PLANEJAMENTO E
USO DO SOLO URBANO
CONCURSO DE SELEÇÃO 2001**

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES:

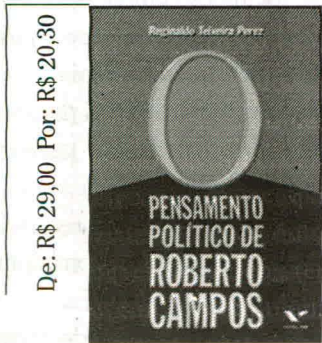
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
Prédio da Reitoria, sala 543 – Cidade Universitária
Ilha do Fundão – 21910-240 – Rio de Janeiro – RJ

Tels: (21) 598-1676 e 598-1976 e 598-1673 – Fax: (21) 598-1923

E-mail: selecao2001@ippur.ufrj.br

LIVROS COM DESCONTO

A Editora FGV está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande Editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a sua formação.



De: R\$ 29,00 Por: R\$ 20,30

O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado: 1950-95

Reginaldo Teixeira Perez

▼ **CICLO DE VIDA DAS ORGANIZAÇÕES**
Eugênio Carvalho e Geraldo Ferreira
De: R\$ 18,00 Por: R\$ 12,80

▼ **CORRUPÇÃO E REFORMA POLÍTICA NO BRASIL: O IMPACTO DO IMPEACHMENT DE COLLOR**
Keith S. Rosenn e Richard Downes (orgs.)
De: R\$ 33,00 Por: R\$ 23,10

▼ **FLEXIBILIZAÇÃO ORGANIZACIONAL: MITO OU REALIDADE?**
Fernando G. Tenório
De: R\$ 36,00 Por: R\$ 25,20

▼ **AS REGRAS DO JOGO: O PLANO REAL: 1997-2000**
Jorge Vianna Monteiro
De: R\$ 29,00 Por: R\$ 20,30

▼ **CUSTOS — UM ENFOQUE ADMINISTRATIVO — VOL. I**
George G. Leone
De: R\$ 41,00 Por: R\$ 28,70

▼ **ELEMENTOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA**
Luiz A. F. Cavalheiro
De: R\$ 23,00 Por: R\$ 16,10

▼ **MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO — VOL. I**
C. Machline e outros
De: R\$ 48,00 Por: R\$ 33,60

▼ **CONTABILIDADE FINANCEIRA PARA EXECUTIVOS**
Alvaro G. Oliveira
De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30

▼ **ANÁLISE CONTÁBIL — ANÁLISE DE BALANÇOS**
Américo M. Florentino
De: R\$ 21,00 Por: R\$ 14,70

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento:
De Segunda a Sexta das 13 às 17h.
Telefone: (0xx21) 232-8178.

ARTIGO

por Eriksom Teixeira Lima

Os megaprojetos para o Brasil grande e os economistas

De uns tempos para cá retomou-se a megalomania dos anos iniciais da industrialização no Brasil: os grandes projetos solucionadores de todos os problemas. Assim foi com os portos de Sepetiba¹ e Pecém, com a construção da Ferronorte, com a privatização das telecomunicações, do setor energético e por aí fora.

Caso se analise detidamente cada um desses projetos, descobrir-se-á que nada, absolutamente nada de extraordinário ocorreu após sua implantação ou execução. Os grandes investimentos em portos e transportes, por exemplo, não trazem nenhuma expectativa nos horizontes de curto a longo prazo que os justifiquem, tanto do ponto de vista de efetividade, como de retorno econômico-financeiro. As privatizações nas telecomunicações e na energia, não serviram para reduzir em um níquel o imenso estoque da dívida pública e, por outro lado, transformaram-se em um sorvedouro sem fim de divisas através das importações de equipamentos, de componentes, de “contratos de assistência técnica” entre as empresas privatizadas e suas matrizes internacionais. Isso para não falar na dependência tecnológica resultante da desmobilização dos centros de pesquisa no Brasil, como o CPqD da Telebrás, sucateado e abandonado apesar dos seus incontáveis sucessos e imenso potencial.

Para contrapor a essa argumentação, sempre será brandido o sucesso na expansão da telefonia celular ou na ampliação dos serviços de telefonia fixa pós-privatização. Porém, cabe lembrar que as empresas do grupo Telebrás tinham recursos em caixa para isso sem necessidade dos vultosos empréstimos do BNDES e, em muitos casos, já

estavam realizando esses investimentos, ou seja, se nada tivesse sido feito e se o governo não tivesse atrapalhado a empresa a investir suas disponibilidades teria-se a mesma oferta de serviços observada hoje, sem importações excessivas, sem perda de divisas.

Isso é passado, e o presente são os erros que devem ser corrigidos em futuro próximo. Entretanto, além disso, deve-se evitar mais problemas, que parecem vir em doses cavalares e poderão se transformar em erros. Um desses problemas é a nova mania de “resolver definitivamente” (sic) os problemas do semi-árido nordestino. Vem aí o projeto de transposição do Rio São Francisco.

Após duas exposições sobre o projeto, realizadas pelo ministério que realizou os estudos e seria o encarregado pela sua implementação, percebe-se que não existe nada além da retórica de palanque com relação a avaliação da viabilidade técnica, social, econômica e social desse novo mega-projeto. Não se trata de questionar a prioridade nacional há tantos anos protelada de resolver essa grave questão que afeta quase um terço da população brasileira, mas, sim, de questionar a eficácia da solução proposta, de sua adequabilidade aos interesses da população nordestina e da própria nação brasileira.

Nessa discussão estão sobrando engenheiros, construtores, projetistas de obras, defensores irrestritos e autobeneficiados, mas estão faltando questionamentos sociais, ambientais e econômicos. Enfim, falta uma abordagem multidisciplinar.

Pode-se afirmar que o projeto proposto possui dezenas de pergun-

tas sem resposta. Para ficar apenas nos aspectos econômicos, há um conjunto básico de perguntas, obrigatórias para qualquer economista, encarregado de analisar o projeto.

1º) O que há na região Nordeste do Brasil: déficit hídrico ou déficit sazonal de oferta hídrica?

2º) Qual a área de abrangência da região que sofre com os problemas de “déficit hídrico”, sendo necessária a apresentação do problema por microrregiões, uma vez que não se pode analisar uniformemente toda a região Nordeste do Brasil que compreende milhões de km²:

a) o déficit hídrico foi calculado para o atendimento das necessidades humanas básicas (alimentação, higiene e manutenção de padrões de comportamento social mínimos, não incluindo consumo suntuário como piscinas particulares ou fontes, por exemplo)?;

b) o déficit hídrico inclui o consumo suntuário privado?;

c) o déficit hídrico inclui o atendimento a atividades econômicas de quais tipos: hotelaria (nacional ou internacional); indústrias; agricultura de grãos, de frutas, com qual tipo de irrigação?

d) quais os tamanhos da população a ser beneficiada e do universo da população afetada pelo problema?

e) quais os perfis da população beneficiada e do universo da população afetada (sócio-econômico, cultural, inserção social etc.)?

3º) Qual o perfil da oferta hídrica nas microrregiões adjacentes àquelas que sofrem déficit sazonal de oferta hídrica, discriminando os mesmos itens de “a” até “e” da pergunta anterior.

4º) Qual o cenário econômico e social traçado para cada uma das

ARTIGO

microrregiões a serem beneficiadas pelo projeto e quais os cenários para as demais microrregiões adjacentes não beneficiadas, discriminando os resultados esperados sobre cada um dos estratos da população?

5º) Quais foram os critérios utilizados para a construção desses cenários, especialmente quanto à seleção de atividades econômicas a serem beneficiadas, pois cabe notar que o projeto aponta que 80% da água será utilizada para irrigação de apenas 180 mil ha?

6º) Quais são os cenários alternativos que foram desprezados ou não considerados, discriminando detalhadamente quais os benefícios econômicos e sociais que eles poderiam gerar?

7º) Foram consideradas opções de captação de águas pluviais a semelhança do quem vêm sendo implementado com sucesso nos sertões baiano e pernambucano (reservatórios subterrâneos construídos em pequenas propriedades com acesso comunitário ou não)? Caso negativo, qual o motivo de desprezar essas experiências?

8º) O projeto critica a opção por açudes especialmente pelas perdas por evaporação. Porém, propõe a utilização dos canais naturais dos rios, mesmo os intermitentes, como forma de baratear o custo das obras. Assim, faz-se necessário informar qual os percentuais de perdas considerados pela evaporação e pela absorção pelos solos res-

sequidos e pelo lençol freático, e comparar essas perdas com àquelas calculadas na evapotranspiração dos açudes?

9º) Foi apontado que apenas 800 famílias seriam desapropriadas para a realização das obras. Porém, não foram apontado quais os levantamentos realizados para a definição da diretriz do assentamento das adutoras, nem de quais eram as opções alternativas. Também faz-se necessário apontar qual perfil dos desapropriados, como por exemplo, tamanho das propriedades, situação econômica, perfil sócio-econômico etc.

10º) Qual o perfil das propriedades que serão diretamente beneficiadas pelo projeto (as irrigáveis), discriminando localização, estrutura fundiária, situação de propriedade, proprietários etc.

11º) Qual o perfil das propriedades que estão localizadas às margens dos rios que serão utilizados para a distribuição das águas transportadas, discriminando os mesmos itens da pergunta anterior. Como será feito o controle sobre o acesso às águas transportadas por parte dessas propriedades?

Bem, isso é apenas um resumo do que seriam as respostas necessárias de uma proposta que propõe o gasto de US\$ 2 bilhões para a "solução definitiva" para os problemas da região Nordeste. Evidentemente, que um projeto dessa envergadura, que pretende intervir em um região com mais de 30

milhões de habitantes necessita responder a pelo menos 100 perguntas iniciais, apenas na esfera econômica. Provavelmente, haja outras 100 perguntas sobre questões sociais e outras 100 sobre questões ambientais. Nenhuma dessas centenas de perguntas têm resposta dequadas até o presente momento.

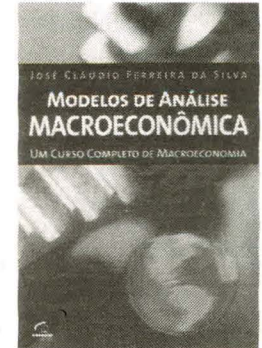
Por isso deve-se ressaltar que uma solução para o Nordeste é prioridade número 1 do país, e como tal deve ser tratada. Porém, a solução que vem sendo proposta parece muito mais, dado o excesso de retórica que a cerca, uma solução não-adequada para os reais problemas da população nordestina e da nação brasileira. Os economistas, através de suas entidades profissionais - sistema Cofecon - e de suas entidades representativas deve posicionar-se de modo firme para exigir um debate transparente e sério sobre esse e outros megaprojetos redentores que vêm sendo apresentados para que possam resgatar não só o respeito profissional abalado nos últimos anos, mas também, e principalmente, a esperança da população brasileira de que os problemas têm soluções exequíveis e eficazes, muitos deles em curto prazo.

Eriksom Teixeira Lima é economista, diretor do IERJ, trabalha no BNDES desde 1984.

¹ Ver Jornal dos Economistas nº 93, setembro de 1997.

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Modelos de Análise Macroeconômica,

Ferreira da Silva.

De: R\$ 42,00 Por: R\$ 32,55

- *Economia Internacional: Teoria e Política*. Kenen, P. - De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Finanças Públicas - Teoria e Prática* - Giambiagi, F., Alem, A. De: R\$ 35,00 Por: R\$ 24,50
- *Macroeconomia: Teoria e Política Econômica*. Blanchard, O.J. De: R\$ 75,90 Por: R\$ 53,13
- *Macroeconomia Moderna - textos de economia Keynesiana*. De Paula, L. F. R. De: R\$ 45,00 Por: 31,50
- *Introdução à Economia - Princípios de Micro e Macroeconomia*, Mankiw, G. De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Globalização e Globobagens*, Krugman, P. De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30
- *A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira*, Gonçalves, R. De: R\$ 49,90 Por: R\$ 34,93
- *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*, Lastres, H., Albagli, S. De: R\$ 36,50 Por: R\$ 25,55
- *O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo*, CNI. De: R\$ 27,00 Por: R\$ 18,90

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ. Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 13h às 17h. Tel: (0xx21) 232-8178

ADVOGADO DE PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, Sindecon e Ierj - oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas sempre às **terças-feiras, de 12h às 14h** na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, telefone (21) 262-2535 ou na sede do **Corecon, de 16h às 18h** (Av. Rio Branco 109, 19º andar, telefone (21) 232-8178, de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análise em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

ARTIGO

por Dante Alario Jr. e Nelson Brasil de Oliveira

Política para genéricos

Lato senso, especialmente nas áreas química e farmacêutica, é considerado *produto genérico* aquele que não está sujeito a restrições quanto à sua fabricação ou comercialização, contrariamente aos *produtos patenteados*, estes sujeitos a distintas formas inibitórias de seu livre fluxo comercial, como estabelecido pelo direito proprietário.

O primeiro registro de patente industrial que se conhece data do ano de 1236, e resultou da concessão de privilégio visando a utilização de processo para tecer e tingir lã, pelo prazo de quinze anos, do qual foi beneficiária a *Bonafusus de Santa Columbia e Companhia*, localizada em Bordeaux, França. Muitos historiadores, no entanto, consideram que a patente industrial concedida a Francesco Pietri, em 1416, constituiu de fato no primeiro privilégio concedido pelo poder público ao *inventor de processo contendo inovações* sobre o estoque de conhecimentos disponíveis, expresso por *monopólio de mercado*, com *aplicação industrial, limitado no tempo* e na *área geográfica*.

Somente em 1883, no entanto, foi alcançado o primeiro acordo internacional regulando a matéria, através da Convenção da União de Paris (CUP), posteriormente modificada pelas Revisões de Bruxelas (1900), Washington (1911), Haya (1925), Londres (1934), Lisboa (1958), Estocolmo (1967) e, finalmente, profundamente ampliado através do Acordo TRIPs (1994). As modificações do direito proprietário estabelecido nessa área, especialmente àquelas introduzidas após a II Grande Guerra Mundial, no entanto, modificaram substancialmente os nobres objetivos com que a idéia da concessão do privilégio foi apresentada em seus primórdios: retribuição ao inventor que concordasse com a divulgação de seu invento, como alternativa à manutenção de segredos indus-

triais em família, onde a sociedade pouca desfrutava até então.

A título ilustrativo pode ser lembrado que a indústria química alemã, até meados dos anos 60 neste século XX, sempre se posicionou contrariamente à concessão de patentes para produtos, pois que tal procedimento "*impediria a busca de rotas alternativas para a fabricação do mesmo produto, em detrimento da sociedade*". Tendo suas patentes de processo expropriadas (como conseqüência da II Grande Guerra), posteriormente teve que se adaptar aos novos procedimentos mercantilistas que vieram a imperar no final do século XX.

A patente industrial, conforme se conhece hoje em dia, transformou-se em ativo fixo intangível com elevado valor patrimonial para a empresa privada, com enorme importância na sua estratégia e permanente luta pela supremacia no mercado. Por oportuno, convém destacar que 96% das patentes industriais hoje registradas em todo o mundo pertencem a titulares residentes no primeiro mundo, dos quais não mais que 1-2% são de pesquisadores universitários autônomos.

Em decorrência do exposto, verifica-se que a titularidade de patentes constitui benefício essencialmente usufruído por empresas do primeiro mundo, restando o caminho do produto genérico como o escoadouro natural para as necessidades dos países menos desenvolvidos. Esse fato é particularmente importante nas áreas onde se verifica um reduzido número de produtores para atender um universo extremamente amplo de consumidores, especialmente em mercados sujeito ao controle sanitário, como é o caso de medicamentos e de defensivos agrícolas.

Se não houver uma nítida percepção às peculiaridades dessa situação de mercado, o consumidor ficará totalmente exposto às

ações de ofertantes oligopolizados. Dentro desse contexto, a utilização do conceito de *registro de produto por similaridade* é indispensável dentro de uma bem formulada política de genéricos. E, mais ainda, uma correta política industrial para genéricos estimula a criação de medicamentos similares, pois é somente através destes que podem ser introduzidos desenvolvimentos tecnológicos processados internamente pelas próprias indústrias. Afinal, a inovação tecnológica é também uma das metas que se quer alcançar com mais vigor no Brasil, e isto somente será obtido através dos medicamentos similares, que aceitam tais desenvolvimentos.

Os produtos farmacêuticos ou agroquímicos são registrados por similaridade a produtos inovadores, ou não, já anteriormente registrados. Os registros por similaridade permitem a comercialização de produtos com avanços tecnológicos em formulações que resultem em menos efeitos colaterais, maior especificidade de ação, menores dosagens administradas, ação prolongada, etc.

Na área agroquímica, a reforma da legislação pertinente está consagrando o conceito de *registro de produto por similaridade* FAO, que é a entidade internacional que define as variáveis (e a amplitude de variância) que devem ser consideradas para tal finalidade.

Na área de medicamentos a lei nº 6360/76 assegura o registro de medicamentos similares, regulamentados e definidos na Resolução Normativa nº 4/78 da Câmara Técnica do Conselho Nacional de Saúde. O conceito de produto similar está harmonizado no MERCOSUL (Resolução nº 23/95), tendo sido internalizado através da M.P. nº 2039/99 e da própria Lei dos Genéricos de nº 9787/99. Assim, os conceitos de *produtos genéricos e similares* estão em plena vigência no território e não

são auto-excludentes.

A ampliação da oferta dos produtos genéricos e similares, por constituir um contraponto ao monopólio de fato exercido pelo produto inovador (após o vencimento do período da patente) ou como um avanço tecnológico em relação a ele, constitui providência de relevante interesse para o consumidor. Não é por menos que, apenas para ilustrar, o mercado de *medicamentos genéricos* (lato senso) nos países do primeiro mundo (Estados Unidos, Inglaterra, Itália, etc.) avança continuamente, atingindo hoje algo em torno de 40% da demanda total, ocorrendo também substancial aumento no número de *medicamentos similares contendo inovações*.

Embora seja uma falácia (por falta de comprovação empírica) a afirmação de que ocorre uma aceleração nos processos inovatórios como decorrência do reconhecimento de patentes industriais, inclusive existindo nítidas evidências em desacordo com essa tese (como se verifica na indústria eletrônica e em telecomunicações onde os enormes avanços tecnológicos repousam sobre uma frágil estrutura do direito proprietário), a matéria está sujeita a acordo internacional e, assim, vem sendo negociada e tratada nesse âmbito como um bem econômico do comércio mundial.

Respeitado o referencial definido no acordo internacional, compete aos poderes públicos nacionais a formulação e o exercício de políticas consistentes nas áreas de ciência, tecnologia, indústria e comércio externo, visando o desenvolvimento econômico e social do País de forma integrada e harmônica. De nada valerão incentivos à geração científica ou tecnológica se não houver uma *política industrial e de comércio exterior* convergente às mesmas finalidades. Não se pode formular uma política tecnológica ou industrial para fármacos,

ARTIGO

ou para a fabricação de princípios ativos para a agricultura, se ao mesmo tempo for incentivada a importação de medicamentos, ou de preparações de defensivos para a agricultura. Tratam-se de medidas, obviamente, auto-excludentes.

Na área da agricultura foi abandonada a política nacional dedicada à promoção da fabricação nacional de insumos agrícolas (PNDA), e a política nacional para a saúde, formulada em abril de 1999 pelo Ministério da Saúde, embora mencionasse como dentre seus objetivos o estímulo à produção de medicamentos, em realidade não resultaram efetivas medidas voltadas para a área industrial.

A coluna vertebral de qualquer política industrial para genéricos reside no adequado uso do Poder de Compra, seja do Estado, seja na área privada através dos Planos de Saúde. A descentralização dos sistemas de compra do Estado, geralmente defendida como medida destinada a evitar a corrupção tem servido, essencialmente, para reduzir o poder de barganha do órgão comprador, bem como para atender interesses políticos paroquiais, muitas vezes associado a práticas delituosas, a que se propunha evitar. Por outro lado, a legislação que trata dos Planos de Saúde ainda não prevê a cobertura de dispêndios com remédios, fato que constitui séria lacuna do programa de genéricos implantado pelo governo.

Práticas do primeiro mundo, sempre avidamente apresentadas como modelos de sucesso na área financeira, são desconhecidas ou desconsideradas quando se tratam de medidas para serem inseridas em contexto de política industrial. Assim, os mesmos norte-americanos que são louvados em medidas privatizantes (como na área da previdência social apenas para ilustrar), não servem como exemplo quando destinam recursos governamentais a fundo perdido para empresas privadas investir em ciência e tecnologia nas áreas estratégicas do

país, definidas pelo Estado para o crescimento autônomo e contínuo daquela grande nação ocidental.

Ainda a título ilustrativo, podemos mencionar que a participação financeira do Estado, dentro da Comunidade Européia, aparece em programas de estímulo à inovação tecnológica nas Pequenas e Microempresas (PME), que são definidos de acordo com o tamanho e a maturidade da empresa, o nível da inovação tecnológica pretendida e o aporte financeiro requerido, como é o caso dos *Framework Programmes, do Research for Technological Development*. Nos Estados Unidos, a NASA há muito tempo vem aplicando recursos financeiros nessa área, sob a forma de "cost sharing", participação de até 50% nas despesas incorridas pela empresa contratada, ou "fixed funding", financiamento em montantes fixos, pré-ajustados. O "Advanced Technology Program", também do governo dos EUA, opera sob a forma de "cost sharing", com recursos destinados ao financiamento de tecnologias através de projetos selecionados pelo seu conteúdo inovador, benefícios econômicos para o país e viabilidade econômica. Ainda nos Estados Unidos, o "Small Business Innovation Research Program" financia, a fundo perdido, idéias inovadoras formuladas pelas pequenas e microempresas (PME), que é realizado através de um aporte inicial para financiar a avaliação dos méritos científico e técnico da idéia (até US\$ 100.000), seguido da etapa de desenvolvimento que pode atingir até US\$ 750.000 por projeto, den-

tro de um programa orçamentária anual de US\$1 bilhão. O "Small Business Technology Transfer Program", também nos EUA, atua em transferência de tecnologia e requer, necessariamente, um esforço colaborativo entre uma PME e uma instituição de pesquisa sem fins lucrativos.

No Brasil, os recursos alocados a esta atividade foram paulatinamente diminuindo, e as taxas de juros aplicados em tais empréstimos (para a empresa privada, praticamente inexistente no Brasil o recurso a fundo perdido) tornaram-se mais próximas daquelas do mercado. Adicionalmente, na década de 90, a maioria das "empresas nacionais demandantes deste tipo de apoio financeiro deixaram de fazê-lo, ocupadas com sua sobrevivência a curto prazo, ou foram dizimadas pela abertura indiscriminada do mercado à concorrência internacional" - está escrito em relatório interno do próprio Ministério de Ciência e Tecnologia.

A exigência de garantias reais é outro requisito difícil de ser atendido, especialmente pelas PME brasileiras que, via de regra, não possuem patrimônio suficiente disponível. "Corre-se, assim o risco de só se emprestar dinheiro para quem, na realidade, não precisa", registra ainda o relatório acima mencionado.

A FINEP abriu um foro de discussão sobre política tecnológica e, indiscutivelmente, o financiamento às atividades de P&D centrado na empresa, constitui tópico dos mais relevantes. São necessárias novas fontes e formas de finan-

ciamento para o desenvolvimento tecnológico das empresas brasileiras, que se caracterizem pela agilidade na concessão, em formas de garantias alternativas às garantias reais, pela participação de fundos de origem privada, nacionais ou internacionais, e que sejam baseados em demandas reais de mercado. Como critérios seletivos deveriam ser considerados a qualificação empresarial e o projeto que expressasse a melhor repartição dos recursos, riscos e lucros, entre os parceiros privados e governamentais. O monitoramento do Estado deveria ficar restrito à busca de resultados, expressos por metas e objetivos propostos no projeto respectivo, partindo-se do princípio da racionalidade econômica do empresário que, também, aporta recursos próprios no projeto como sua contrapartida.

Por último, mas não menos importante, os ministérios que exercem atividades-fim, nas áreas de saúde e agricultura, necessitam articular esforços com os ministérios que monitoram instrumentos de políticas para ciência e tecnologia, ou indústria e comércio, para daí formularem medidas consistentes dentro de um contexto de política tecnológica, industrial e de comércio exterior. Se isso não ocorrer, qualquer programa ou plano voltado para o desenvolvimento da produção de genéricos no País terá a curta duração de um doce sonho de verão.

Dante Alario Jr. é presidente da ALANAC e Nelson Brasil de Oliveira é vice-presidente da ABIFINA.

PROGRAMA FAIXA LIVRE

RÁDIO BANDEIRANTES AM, 1360 MHz, no seu Dial

Apresentação Paulo Passarinho e Nilo Sérgio Gomes, de segunda a sexta-feira, das 07:30h às 09:00h. Um programa essencialmente direcionado à área política e econômica, levantando e respondendo questões dos profissionais de economia e da sociedade em geral. Produção: Sonia Toledo e Maria de Jesus.

220-1360 - LIGUE E PARTICIPE !

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Por ocasião da votação do Orçamento para o próximo ano, O FPO realizou uma análise do Projeto de Lei para o Orçamento 2001. Veja a natureza do desequilíbrio orçamentário. Ainda, nesse mês, apresentamos um balanço da atuação da Prefeitura do Rio na área de Assistência Social.

ORÇAMENTO 2001 – DESAFIOS PARA O PRÓXIMO PREFEITO

O Projeto de Lei para o exercício de 2001 fixa a despesa e estima a receita em R\$ 5.586.679.741. Apesar deste valor ser 20% superior ao orçamento aprovado para o ano corrente, o peso da dívida municipal, que não pode ser renegociada; um desequilíbrio na distribuição de recursos entre as categorias econômicas; e a restrita margem de autonomia financeira podem trazer ao prefeito eleito dificuldades para a execução do orçamento.

As receitas correntes representam 95% do orçamento e são financiadas por recursos próprios do município (58%) e por transferências (42%). As receitas de capital, que respondem por R\$ 264.629.561, são compostas principalmente por operações de crédito externas.

Os recursos próprios são constituídos basicamente de tributos, de cuja arrecadação espera-se um aumento. A maior variação estimada é proveniente do ISS, que deverá apresentar um aporte de recursos superior ao previsto para este ano em 150 milhões de reais. Também são receitas próprias as Contribuições (5% das receitas próprias – proveniente da contribuição previdenciária dos funcionários do município), a receita patrimonial (8%), a receita de serviços (3%), receita Industrial (0,16%), e outras receitas correntes (21%). As outras receitas correntes se referem às receitas de multas e juros, da dívida ativa e de uma receita extraordinária para amortização da dívida renegociada com a União.

O Estado é a maior fonte das transferências, contribuindo com R\$ 1.420.401.000, um valor duas vezes superior ao transferido pela União. Ambas as esferas governamentais trarão um acréscimo ao orçamento da ordem de 400 milhões de reais, se comparado às previsões do exercício corrente. Destaque para o Fundo Nacional de Saúde, o ICMS e o FUNDEF (com crescimento de R\$ 150 milhões, R\$ 40 milhões e R\$ 100 milhões, respectivamente). Os convênios (R\$ 52.805.612) e as transferências privadas (R\$ 1.500.000) – referentes ao licenciamento de grupamentos de edificações, completam a categoria em questão.

Pela estrutura orçamentária apresentada, evidencia-se uma pequena autonomia financeira municipal, uma vez que grande parcela das receitas é oriunda de transferências.

Obedecendo ao mesmo critério das receitas, as despesas se dividem em correntes e de capital. O total das despesas correntes é de R\$ 4.374.568.841. O pagamento de pessoal consome a maior parcela, correspondente a R\$ 2,54 bilhões. Conforme o demonstrado no Projeto de Lei do Orçamento 2001, a previsão de gasto com pessoal está dentro dos limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (60% da receita corrente – R\$3,19 bilhões). Despesas como aquisição de material de consumo, contribuições a fundos, por exemplo, integram a categoria de outras despesas correntes, à qual estão destinados R\$ 1,5 bilhões. E ao pagamento de juros e encargos da dívida estão reservados R\$ 256,5 milhões.

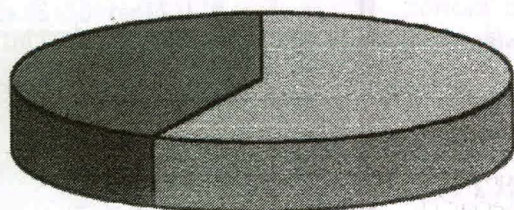
As despesas de capital totalizam R\$ 1.209.110.900, dos quais 43% são para amortizações da dívida pública. Os 57% restantes estão divididos em investimentos e inversões financeiras.

O peso da dívida do município (considerando-se tanto os encargos e juros como a amortização) será de 14% do total do orçamento ou 777,5 milhões de reais. Este valor é superior, por exemplo, a todo o orçamento da Secretaria de Educação. A receita extraordinária para amortização da dívida prevista é de R\$ 361 milhões.

Como destaca a Lei nº 4.320 em seu Art.11, §1º, “São receitas correntes (...) quando destinadas a atender despesas classificadas como despesas correntes”. Porém, as receitas de capital não alcançam um quarto das despesas de capital, o que leva à necessidade destas despesas serem financiadas pelas receitas correntes. Esse desequilíbrio entre as receitas e despesas de capital é um ponto crítico do orçamento, uma vez que “as operações correntes que se destinam à manutenção e ao funcionamento de serviços legalmente criados” (Machado Jr, José Teixeira. *A Lei 4320 comentada, 26ª edição*) estão concorrendo para formação de bens de capital, que seria função das operações de capital.

A diferença de 1 bilhão de reais entre a receita estimada para 2001 e a de 2000 deve-se à expectativa otimista no montante arrecadado de impostos próprios e nas transferências correntes somada à previsão da receita extraordinária. Ainda que ocorra o aumento na tributação, é difícil que o crescimento da receita atinja o volume esperado. Segundo o atual prefeito Luiz Paulo Conde, é muito improvável que os 361 milhões de reais extraordinários se efetivem. Um decréscimo na receita implica necessariamente em uma redução de mesma ordem na despesa fixada. Cabe, então, perguntar: onde serão feitos os cortes necessários à readequação do orçamento?

RECEITA ESTIMADA PARA 2001, SEGUNDO ORIGEM DOS RECURSOS



- Receitas Próprias
- Receitas de Transferências

GASTOS COM ASSISTÊNCIA

Concentramos-nos este mês na execução orçamentária do programa *Assistência* do município do Rio de Janeiro. Os dados são relativos ao exercício de 2000, até o dia 17 de novembro.

Os órgãos responsáveis pela execução são: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (80%), Secretaria Municipal de Habitação (14%), Secretaria Municipal de Trabalho (4%) e Gabinete do Prefeito (2%).

A Secretaria de Desenvolvimento Social teve previsto R\$ 57.915.207, dos quais 1% deste foi cancelado, através do remanejamento. Não podemos ter o total que já foi realizado pelo órgão, pois não foi possível acessar dados de alguns programas de trabalho relativos a Administração Indireta.

Seguem os valores dos outros órgãos: a Secretaria de Trabalho concentra 4% dos gastos previstos em assistência, com um total de R\$ 3.141.256. Teve realizado 78% desta previsão, ou seja, com o objetivo de dar assistência social ao trabalhador foram despendidos R\$ 2,4 milhões. Dentro do Gabinete do Prefeito foram de R\$ 1,23 milhões. Deste total, até o mês de novembro, 20% já tinham sido cancelados através do artifício do remanejamento e apenas 47% foi realizado (R\$ 579 mil). Todos os programas dentro deste órgão são subvenções sociais a diversas instituições na área de assistência social. Este tipo de programa sofre críticas dos profissionais deste ramo, pois o próprio governo deveria dispor de meios que atendessem à toda demanda de assistência da população. A Secretaria de Habitação tinha R\$ 9.844.924 orçado e foi reforçado em 6% chegando ao total de R\$ 10,4 milhões, dos quais R\$ 7,5 foram liquidados.

No total foram orçados R\$ 72 milhões para serem gastos com Assistência, ou seja, 1,5% do orçamento municipal. Não temos o total realizado, e ainda, não existem meios públicos, que nos mostrem o quanto, qualitativamente, foi realizado das projeções orçamentárias, quantificação de pessoas realmente atendidas, mostrando assim a efetiva abrangência de todos os programas, humanizando e dando realidade aos dados.

Os gastos em *Assistência* são de fundamental importância dentro da sociedade, e sobretudo em uma cidade tão carente como o município do Rio de Janeiro. Várias perguntas ficam: quantas pessoas realmente estes programas estão atendendo? Não estão satisfazendo todas as necessidades deste município, sendo assim, por que a prefeitura não aumenta a abrangência das atividades? Falta de recursos? Ou falta priorizar áreas importantes como *Assistência*? No ano de 2000, a prefeitura gastou R\$ 13 milhões com o programa de “*Publicidade e Propaganda*”, o que significa quase 20% dos gastos orçados em *Assistência*.

ERRAMOS

No artigo “A Emenda Nº 29 é remédio para a Saúde?”, os dados do gráfico e da Tabela I estão expressos em dólares, não em reais, como consta na Matéria.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

As matérias publicadas nesta página são de autoria das estagiárias Mirelli Malaguti, Mayra Juruá e Fernanda M. Jones Náder, sob supervisão de Luiz Mário Behnken.

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do *Fórum Popular do Orçamento* acontecem sempre às quintas-feiras, às 18 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

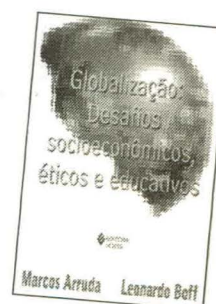
CORECON: Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ
 CEP 20054-900 – Tel. (21) 232-8178 – Fax (21) 509-8121
 E-mail: fporj@bol.com.br
 Home page: <http://www.economistas.com.br>
 Lista de discussão do Fórum: fporj@bol.com.br

ABRE ASPAS



CELSO FURTADO – Introdução ao Desenvolvimento – Enfoque Histórico-Estrutural – 3ª Edição Revista pelo Autor – Editora Paz e Terra/2000 – 128 págs. Nada indica que o atual processo de planetarização do poder venha a se alterar de forma significativa em futuro previsível. A relação de forças a ele subjacente passa por clara consolidação. Ainda assim, vão se criando condições para que os países do Terceiro Mundo realizem efetivos progressos em seu empenho de modificar as regras do jogo e consigam romper a tutela tecnológica e financeira que atualmente lhes é imposta. Porém, os ganhos só se consolidarão caso eles façam um esforço simultâneo para modificar o atual modo de desenvolvimento, que gera sociedades elitistas e economias predatórias. Esta é uma das lúcidas análises feitas por Celso Furtado nesta nova edição, revista pelo autor. Celso Furtado adota aqui, uma visão multidisciplinar, com foco na história e na filosofia. Traça um panorama do pensamento teórico econômico e estuda a contribuição de autores tão diversos como Adam Smith e Karl Marx, David Ricardo e Raúl Prebisch, Joseph Schumpeter e Gunnar Myrdal. Além disso, um estudo sobre as empresas transnacionais, partindo da concepção de centro-periferia desenvolvida nos anos 50 na Cepal e que foi ponto de partida da escola estruturalista latino-americana, da qual o autor é um dos maiores expoentes. Informações adicionais: tel. (11) 223-6522 / e-mail: vendas@pazeterra.com.br.

O Brasil e os desafios da globalização – Organizador: Pedro da Motta Veiga. Publicação da SOBEET (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica) e Editora Relume Dumará. Trata-se de uma coletânea de artigos de autoria de especialistas no assunto que contribuíram para este livro, com trabalhos sobre a reestruturação econômica e industrial, a análise das tendências recentes dos fluxos de comércio, investimentos e tecnologia e a avaliação dos processos de negociação comercial em que o Brasil está envolvido. Depois da implantação do novo regime cambial, estamos tendo a oportunidade de repensar a inserção externa da economia brasileira. Talvez tenhamos subestimado a influência positiva do novo regime de câmbio flutuante sobre a condução da política econômica e o processo decisório de investimento tanto estrangeiro como doméstico. Agora já temos vasta evidência empírica de que o caminho esteja pavimentado para mudanças qualitativas na forma de analisar e fazer política econômica e de desenvolvimento. As chances de reconstrução de horizontes de médio e longo prazos, tanto na ação pública quanto nas estratégias privadas, não são poucas. No entanto, as incertezas não foram eliminadas, mas há avanços e amadurecimento consideráveis na qualidade do debate sobre os grandes desafios, sobretudo aqueles relacionados à inserção do Brasil no chamado processo de globalização. Informações Adicionais: tel. (11) 283-0981 – e-mail: sobeet@uol.com.br.



Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos – Autores: Marcos Arruda e Leonardo Boff – Editora Vozes/2000. Os autores, um economista e pedagogo e um teólogo da libertação, se armam de ousadia e seriedade para repensar, na ótica e interesse das grandes majorias da humanidade, o fenômeno da globalização e os problemas a ele vinculados. Não se trata de cometer o mesmo equívoco reducionista, agora a partir exclusivamente da ótica do Sul. Antes, assumindo o lugar social do Sul, incorporar a perspectiva do Norte para ganhar uma visão mais holística e integradora da globalização. Partem entendendo a globalização como uma realidade que transcende seu aspecto econômico-financeiro, político e cultural. Ela representa uma fase nova da história da Terra como Gaia e superorganismo vivo e da própria antropogênese. É o momento em que se superam os limites dos Estados-Nações e das culturas regionais para permitir a emergência da humanidade como espécie planetária. O livro detalha os vários aspectos do fenômeno, sua dimensão pedagógica, política, estritamente econômica, ética e espiritual. Informações Adicionais: Tel. (21) 215-6386.



O Fim da URSS e a Nova Rússia – De Gorbachev ao pós-Yeltsin, autor Angelo Segrillo – Editora Vozes/2000. O livro procura descrever sintética e sistematicamente os principais acontecimentos dos últimos quinze anos do século XX na terra de Lenin e Dostoiévski. Este foi um período que marcou não apenas aquela região, como o mundo todo. A ascensão de Gorbachev, o impulso inicial das reformas, as dificuldades encontradas, as lutas pelo poder no Politburo, a ascensão de Yeltsin, os bastidores da disputa entre democratas e comunistas, a vitória de Yeltsin, a decomposição da URSS, a Nova Rússia, o confuso período inicial, o controverso maior processo de privatização de toda a história, a formação dos atuais partidos políticos, a descrição do movimento comunista hoje, a guerra da Chechênia, a ascensão de Putin... O livro procura ir além das explicações oficiais e investigar as causas e motivações mais profundas que moviam os personagens desse verdadeiro drama histórico. O autor notabilizou-se ao defender a primeira tese brasileira de doutorado em história sobre a Rússia. É autor de diversos livros e artigos que versam sobre a experiência da (ex-)URSS e sobre as transformações das últimas revoluções econômico-tecnológicas no mundo como um todo. Informações Adicionais: tel. (24) 237-5112 - home page: www.vozes.com.br.



Panorama Social De América Latina – 1999/2000. Publicação da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) / Nações Unidas. El Panorama social de América Latina es preparado anualmente por la División de Desarrollo Social y la División de Estadística y Proyecciones Económicas de la CEPAL. Los capítulos sobre condiciones de la vida de los adultos mayores, oportunidades de bienestar en la infancia y adolescencia, y sobre tráfico y consumo de drogas fueron redactados por la primera de ellas; los dedicados a vulnerabilidad social y pobreza, estratificación ocupacional, y absorción productiva y estructura del empleo, por la segunda. La presente edición ha contado con la valiosa colaboración del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF). Informações Adicionais: publications@eclac.cl.



CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas e títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

Capitalismo global, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 8,40.

Globalização e desnacionalização, Reinaldo Gonçalves.
Preço com desconto: R\$ 16,80.

3º Setor: desenvolvimento social sustentado, Ruth Cardoso.
Preço com desconto: R\$ 15,05.

A construção do Terceiro Mundo – Teorias do Subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia, 643p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 29,05.

Os fluxos financeiros na América Latina – um Desafio ao Progresso, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organiz.).
Preço com desconto: R\$ 19,95.

O Que é Globalização.
Preço com desconto: R\$ 21,00.

Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 20,30.

Oferta de Moeda na Macroeconomia, Demian Fiocca.
Preço com desconto: R\$ 14,70.

ABC da Dívida Externa, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 9,10.

O Longo Amanhecer.
Preço com desconto: R\$ 9,80.

América Latina – Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 20,30.

Dialética Marxista, Dialética Hegeliana – a Produção Capitalista como Circulação Simples, 192p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 16,10.

DEBATE

STÉDILE, BOAL E DOM MAURO DEBATEM
O FORUM SOCIAL MUNDIAL

O líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) João Pedro Stédile, o dramaturgo Augusto Boal e o bispo de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli, discutiram no último dia 22 de novembro o tema "Globalização e as ações dos movimentos sociais". O debate que reuniu 200 pessoas no auditório do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) foi promovido pelo Comitê Rio de Mobilização para o Fórum Social Mundial, que será realizado em Porto Alegre entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001.

Boal, Stédile e Morelli concordaram quanto ao papel do Fórum Social, que pode se tornar um espaço de referência internacional para a organização de todos os que buscam a construção de um contraprojeto global ao neoliberalismo. Para Stédile, que é economista, o Fórum Social Mundial será um contraponto às reuniões do Fórum Econômico Mundial, realizadas em Davos (Suíça), "onde os capitalistas se juntam todos os anos para combinar a próxima maldade que vão fazer contra nós", disse Stédile, que concluiu:

- As instituições internacionais (ONU, OMC, OEA, etc.) não representam mais nada. O capitalismo as faliu. Hoje os americanos fazem o que querem.

Augusto Boal se mostrou preocupado quanto a imposição do neoliberalismo enquanto pensamento econômico planetário, como pretendem os capitalistas através da globalização.

- Sempre que uma nação, tribo ou império, alcançou sobre seus vizinhos poder hegemônico, sempre procurou globalizá-los, fagocitá-los, destruí-los. Jamais o forte estendeu ao fraco a mão amiga - afirmou o teatrólogo, também preocupado com efeitos da globalização sobre nossa cultura.

- No processo globalizador, a cultura e a arte passam a servir ao mesmo propósito do comércio em geral: o lucro, a propaganda e a despersonalização dos artistas e de seus consumidores. (...) A globalização exige o lucro em todas as atividades humanas - concluiu.

Provocação

Dom Mauro Morelli, o último orador da noite, disse que enquanto morador da Baixada Fluminense, se sente insultado quando atribuem a um ex-coroinha seu, Fernandinho Beira-Mar (o 'matuto' - fornecedor, no jargão do tráfico), a culpa pelos males do Brasil. Males que ele atribui ao neoliberalismo.

- A imagem mais viva que tenho da globalização é a de uma criança abandonada na beira da estrada, morrendo de inanição - disse o bispo, que no entanto não passou a mão na cabeça da esquerda brasileira - Ao mesmo tempo me confesso indignado pela apatia com a qual a esquerda trata a segurança alimentar no Brasil - provocou.

Participe também desta discussão através da home-page
www.forumsocialmundial.org.br.

EVENTO

GLOBALIZACIÓN Y
PROBLEMAS DEL
DESARROLLO

III Encuentro Internacional de Economistas

del 29 de enero al 2 de febrero del 2001

Palacio de las Convenciones
La Habana - CUBA

Contamos com o apoio de todos os convidados, delegados, observadores e participantes na divulgação e promoção, como foro de discussão acadêmica, do III Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas de Desenvolvimento, de 29 de janeiro a 02 de fevereiro de 2001 na cidade de Havana. Desta forma, economistas e demais cientistas sociais assumem um compromisso de avançar na apresentação de propostas concretas, com vistas à solução dos mais importantes problemas apontados nos encontros celebrados, na certeza de que contribuirão, ainda que modestamente, na superação dos mesmos.

Informações e inscrições: Alcides Pérez Pérez
Calle 22 Nro. 901 Esq. 9na. Miramar
La Habana, Cuba
Telefones: (537) 292084 e 22-9371
Fax: (537) 22-34-56
E-Mail: anec@info.get.cma.net

CURSO PREPARATÓRIO
PARA PROVA
DA ANPEC

MATRÍCULAS ABERTAS

Início das aulas em março de 2001

Aulas de segunda a quinta-feira à noite

Professores qualificados

Aprovação de 75% no último concurso

ierj@ax.apc.org • Tel. 509-1077

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro

JORNAL DOS ECONOMISTAS RJ
CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO

DR/RJ

PRT 0735/2000



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 15.12.2000